



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MSP - POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA - DITEC/PF

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 8981215/2018-DITEC/PF

Processo nº 08059.000279/2018-03

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de um Curso de Formação de Auditor Interno da ISO 17/025:2017 para 15 (quinze) servidores da Polícia Federal condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	Carga horária	Nº de participantes	Valor máximo
Curso de Formação de Auditor Interno da ISO 17/025:2017	24 horas-aula	15	R\$ 11.173,47

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Da relevância institucional da ação

2.1.1. A excelência na atuação é um dos pilares do Mapa Estratégico da Perícia Criminal da Polícia Federal, aprovado pela Portaria Nº 142/2012-DITEC/DPF de 14 de agosto de 2012, que traz entre seus objetivos estratégicos a promoção da acreditação de ensaios periciais e a implementação de sistemas de gestão da qualidade nos laboratórios periciais.

2.1.2. Atendendo a este objetivo estratégico, os Laboratórios Forenses do INC, em uma iniciativa pioneira para laboratórios desta natureza no Brasil, implantaram um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) baseado na Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005. Esta norma é considerada um padrão internacionalmente aceito para a qualidade de exames laboratoriais e tem sido utilizada por diversos países como referência de excelência em laboratórios forenses. A acreditação na referida norma foi concedida em setembro de 2014 pelo organismo acreditador norte-americano Forensic Quality Services (FQS), que em 2016 passou a fornecer os serviços de avaliação e manutenção da acreditação como Ansi-ASQ National Accreditation Board (ANAB). Os Laboratórios Forenses do INC tiveram sua acreditação pela ANAB válida até fevereiro de 2018 e, no presente momento, se preparam para a mudança do organismo acreditador, que passará a ser a Coordenação Geral de Acreditação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (CGCRE/Inmetro).

2.1.3. Paralelamente, a fim de facilitar a expansão do escopo de acreditação laboratorial, bem como para aprimorar seus próprios mecanismos de gestão, a Diretoria Técnico-Científica iniciou esforços para implantação de um Sistema de Gestão da Qualidade mais abrangente baseado na norma ABNT NBR ISO 9001:2015. A implantação de um Sistema de Gestão da Qualidade, bem como a manutenção de um sistema já implantado e em expansão tem como requisito fundamental a capacitação adequada e educação continuada do pessoal envolvido.

2.1.4. A área responsável por encabeçar as ações de implantação do SGQ, certificação e acreditação, no âmbito da DITEC/PF, é a Área de Gestão da Qualidade de Laboratórios, organizada pela Portaria nº436/2016-DITEC/PF, de 07/04/016.

2.1.5. Sem capacitação externa desde sua implantação, o Sistema de Gestão da Qualidade dos Laboratórios Forenses do INC enfrenta atualmente os desafios simultâneos de ser o único sistema desta natureza aplicado ao contexto forense no Brasil, da eminente mudança de organismo acreditador e da atualização da norma aplicável, já que a ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017 entrou em vigor em dezembro de 2017.

2.1.6. Tanto a atualização da norma como a mudança de organismo acreditador trazem não apenas novos requisitos como entendimentos diferentes de sua aplicação ao contexto forense. A atualização do pessoal neste momento é, portanto, estratégica para a manutenção e expansão do escopo de acreditação dos laboratórios.

2.1.7. Com o programa de capacitação proposto neste projeto básico busca-se não apenas sanar deficiências atuais de formação do pessoal que já impactam no cumprimento dos requisitos estabelecidos como também antecipar necessidades decorrentes das mudanças citadas, prevenindo possíveis não-conformidades que possam retardar o resultado almejado.

2.2. Da relevância do curso e competências a serem desenvolvidas

2.2.1. A avaliação do SGQ implantando é constante e se dá por meio de auditorias externas e internas anuais. Como exemplo, o programa de auditorias internas de 2018 (Processo SEI nº 08200.005545/2018-03) contemplou a realização de oito auditorias nos laboratórios acreditados. Tais auditorias, hoje, são realizadas por pessoal parceiro de outros órgãos, mediante deslocamentos, viagens e pagamentos de diárias. A formação de um corpo de auditores no seio da PF contribuiria, também, com a redução dos custos da operação do SGQ.

2.2.2. Espera-se que, com a participação dos servidores indicados no curso em tela, eles sejam capazes de:

- a) Compreender a atuação do auditor interno, delimitando seu escopo;
- b) Interagir com os auditores com conhecimento de causa;
- c) Auxiliar no planejamento das auditorias internas dos laboratórios da DITEC/PF.

### **3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1. O objeto, em referência, se enquadra na classificação dos serviços no Art. 24, II, da Lei 8.666/93 (Dispensa de Licitação por baixo valor).

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### **4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado a seguir:

4.2. PRINCIPAIS TÓPICOS A SEREM MINISTRADOS

O Curso, em seu programa, deverá contemplar o seguinte conteúdo:

- I - Sistema da Qualidade do laboratório em conformidade ISO 17025:2017;
- II - Requisitos Gerais para Laboratórios (Instalações, Equipamentos e Materiais de Referência; Rastreabilidade de Medição e Calibração; Métodos e Procedimentos; Registros, Certificados e Relatórios);
- III - Serviços de Apoio e Fornecimentos Externos;
- IV - Análise Crítica e Ações Corretivas/Preventivas;
- V - Planejamento da Auditoria ISO 17025:2017;
- VI - As Fases da Auditoria;

VII - Condução da Auditoria Interna (Planejamento, Relatório, Registro, Follow up e Fechamento);

VIII - Responsabilidades e Papel do Auditor.

#### 4.3. LOCAL DO CURSO

4.3.1. O curso deverá ser realizado no Salão Nobre do Instituto Nacional de Criminalística SAIS. Quadra 7 lotes 23 Brasília/DF.

#### 4.4. DURAÇÃO DO CURSO

4.4.1. A carga horária para o curso proposto é de 24 (vinte e quatro) horas-aula a serem ministradas em uma única semana, em três dias corridos no horário de funcionamento do INC, entre 8:00h e 18:00 respeitado o intervalo mínimo de 2 h para almoço. A data do curso será acordada entre o contratante e a contratada em momento oportuno, sendo realizada, necessariamente, em alguma data compreendida no período entre os dias 19 de novembro e 7 de dezembro de 2018.

#### 4.5. NÚMERO DE PARTICIPANTES

4.5.1. 15 (quinze) servidores da Polícia Federal.

### 5. DO PAGAMENTO

5.1. A Diretoria Técnico-Científica/PF efetuará o pagamento até o 30º (trigésimo) dia útil, contatos a partir do recebimento da documentação fiscal da empresa (Nota Fiscal/Fatura discriminativa) em 02 (duas) vias, atestadas pelo fiscal de contrato, após recebimento definitivo do serviço. O pagamento se dará mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pelo adjudicatário, conforme dispõe o Art. 40, Inciso XIV, alínea "a", da Lei 8.666/93, combinado com Art. 73, Inciso II, do mesmo diploma legal;

5.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de prestação dos serviços;

5.3. Será procedida consulta "ON LINE" junto ao SICAF antes do pagamento a ser efetuado à empresa, para verificação da situação relativa às condições de habilitação exigidas, ou por meio da documentação anexada a fatura relativa aos Incisos III e IV, Art. 29 da Lei n.º 8.666/93;

5.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente, e o pagamento susinado até que o adjudicatário providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte desta Diretoria;

5.5. Em cumprimento ao disposto no Art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/96, a DITEC reterá, na fonte, o imposto sobre a renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para a seguridade social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas que não apresentarem a cópia do Termo de Opção;

5.6. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) / 365$$

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

5.7. A atualização financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

## **6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 6.1. Os serviços deverão ser avaliados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
- 6.1.1. Quantidades efetiva de horas/aulas ministradas;
- 6.1.2. A avaliação da contratante será realizada pelo fiscal de contrato. Ao final do curso.
- 6.1.3. De acordo com os critérios já estabelecidos neste Projeto Básico.

## **7. RELATIVOS A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 7.1. Comprovações de capacitação técnico-operacional da licitante (pessoa jurídica) para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio de atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- 7.2. Comprovação, após a contratação, de que o professor do curso tenha experiência na área educacional e de auditoria.
- 7.3. O desempenho de atividade pertinente e compatível a que alude a alínea 7.1 será verificada por dados que possibilitem a aferição de fornecimento de curso com objeto idêntico ou similar ao que a licitante se propõe a realizar junto ao DITEC/PF, contendo carga horária igual ou superior à exigida neste Termo;
- 7.4. Deverão ser observadas as seguintes condições na apresentação dos Atestados:
- I - Nome do contratado e do contratante;
  - II - Identificação do objeto do contrato;
  - III - Serviços executados (discriminação e quantidades).
- 7.5. O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições acima, não será considerado.

## **8. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

- 8.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá fornecer o material didático necessário ao desenvolvimento dos treinamentos, fornecer professor qualificado e fornecer o certificado de participação no curso para cada participante.

## **9. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO**

- 9.1. A execução dos serviços será iniciada de acordo com a data oportuna a ser combinada entre a contratante e a contratada, na forma que segue:
- 9.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 9.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do término do curso, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 9.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 9.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A CONTRATANTE obriga-se a:

- 10.1. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico;
- 10.2. Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições da proposta.

10.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

11.4. Nota explicativa: Excepcionalmente, em determinadas contratações, podem ser exigidos os atestados de antecedentes criminais ou outros que forem pertinentes apenas quando imprescindível à segurança de pessoas, bens, informações ou instalações, de forma motivada.

11.5. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;

11.6. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

11.7. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.8. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.13. Manter, no ato da entrega da nota fiscal, todas as condições que ensejaram a sua habilitação, particularmente no que tange à regularidade fiscal.

11.14. Realizar o evento com a máxima qualidade, primando pela qualificação e pontualidade dos palestrantes, boa didática e exposição do tema a ser ministrado.

## **12. DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica,

desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### **14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

14.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

14.3. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

14.4. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.6. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- I - Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- II - Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- III - Fraudar na execução do contrato;
- IV - Comportar-se de modo inidôneo;
- V - Cometer fraude fiscal;
- VI - Não mantiver a proposta.

15.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- I - Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- II - Multa moratória de 04% (zero virgula quatro por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30. (trinta) dias;

15.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

15.4. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.5. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

I - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

II - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

I - Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

15.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília 16 de novembro de 2018

**LAÉRCIO DE OLIVEIRA E SILVA FILHO**  
PERITO CRIMINAL FEDERAL  
Responsável pela AGQL/DITEC/PF

Aprovo este Projeto Básico para a contratação de empresa especializada para ministrar Curso de Formação de Auditor Interno da ISO 17/025:2017 para atender às necessidades da Diretoria Técnico-científica – DITEC/PF.

**AMAURY ALAN MARTINS DE SOUZA JUNIOR**  
Perito Criminal Federal  
Diretor Técnico-Científico



Documento assinado eletronicamente por **LAERCIO DE OLIVEIRA E SILVA FILHO, Perito(a) Criminal Federal**, em 16/11/2018, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **AMAURY ALAN MARTINS DE SOUZA JUNIOR, Diretor(a)**, em 16/11/2018, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **8981215** e o código CRC **A7D11DC1**.